

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 33 No. 3 Setembro – Dezembro 2020
Edição Especial: Gestão de Acervos Arqueológicos

ARTIGO

RESILIÊNCIA DO DEVIR:

NOTAS SOBRE O LUGAR, O PAPEL E A ATUAÇÃO DA REMAAE NA DEFESA DAS COLEÇÕES ARQUEOLÓGICAS E ETNOGRÁFICAS BRASILEIRAS

Maria Cristina Oliveira Bruno¹, Fabiana Comerlato², Carlos Alberto Santos Costa³, Paulo Otávio de Laia⁴, Ana Carolina Motta Rocha Montalvão⁵, Camila Azevedo de Moraes Wichers⁶, Mario Junior Alves Polo⁷, Diego Lemos Ribeiro⁸, Alejandra Saladino⁹, Maurício André da Silva¹⁰, Mara Lúcia Carrett de Vasconcelos¹¹

RESUMO

O presente artigo apresenta diferentes narrativas sobre os trajetos da Rede de Museus e Acervos Arqueológicos e Etnográficos (REMAAE) no país, criada em 2008. Por meio da coleta de relatos e informações de diversas ordens entre suas/seus coordenadoras/es e integrantes, e da análise de publicações, artigos e documentos da Rede, exploramos os antecedentes dessa articulação, seus reposicionamentos e agendas ao longo do tempo, bem como os desafios identificados no presente, que possam orientar ações futuras. A perspectiva oferecida pelo campo da Memória Social permitiu, ademais, valorizar e reproduzir algumas das características mais pungentes da articulação de seus membros, como a polifonia e a não-hierarquização das áreas disciplinares de formação.

Palavras-chave: acervos arqueológicos e etnográficos; gestão; rede.

¹ Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da Universidade de São Paulo (USP).

E-mail: mcobruno@usp.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2172-9071>.

² Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

E-mail: fabianacomerlato@ufrb.edu.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4675-1224>.

³ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

E-mail: carloscosta@ufrb.edu.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1204-322X>.

⁴ Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

E-mail: paulo.otavio.laia@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3941-8354>.

⁵ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

E-mail: ana.montalvao@outlook.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6305-3191>.

⁶ Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: camila.wichers@gmail.com.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8996-7183>.

⁷ Museu Nacional (UFRJ). E-mail: mariopolo@mn.ufrj.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5364-0843>.

⁸ Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). E-mail: dirmuseologo@yahoo.com.br.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2433-4828>.

⁹ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: alejandrasaladino@gmail.com.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6076-3347>.

¹⁰ Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da Universidade de São Paulo (USP).

E-mail: mauricio.andre.silva@usp.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4325-9480>.

¹¹ Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

E-mail: mlcarrett@yahoo.com.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7876-089X>.

RESILIENCE OF BECOMING: NOTES ON THE PLACE, FUNCTION AND PERFORMANCE OF THE REMAAE IN THE DEFENSE OF BRAZILIAN ARCHAEOLOGICAL AND ETHNOGRAPHIC COLLECTIONS

ABSTRACT

This article presents different narratives concerning the paths that the Network of Archaeological and Ethnographic Museums and Collections (REMAAE), which was created in 2008, took in Brazil. Based on reports and several information exchanged between its coordinators and members, and under the analysis of publications, articles, and REMAAE's documents, the background of its articulation is explored, its stance and agendas over time, as well as the challenges identified in the present, that may guide future actions. The perspective offered by the Social Memory scope has also allowed to value and reproduce some of the most poignant characteristics of the articulation of its members, such as the polyphony and the non-hierarchization of the disciplinary areas of training.

Keywords: archaeological and ethnographic collections; management; network.

RESILIENCIA DEL DEVENIR: NOTAS SOBRE EL LUGAR, EL PAPEL Y LA ACTUACIÓN DE LA REMAAE EN LA DEFENSA DE LAS COLECCIONES ARQUEOLÓGICAS Y ETNOGRÁFICAS BRASILEÑAS

RESUMEN

Este artículo presenta distintas narrativas sobre las trayectorias de la Red de Museos y Colecciones Arqueológicas y Etnográficas (REMAAE) en el país, creada en 2008. A través de la recolección de informes e informaciones de diversas órdenes entre sus coordinadores y miembros, fueron analizadas las publicaciones, artículos y documentos de la Red, investigados los antecedentes de esta articulación, su reposicionamiento y agendas a lo largo del tiempo, así como los retos identificados en el presente, que pueden orientar acciones futuras. La perspectiva que ofrece el campo de la Memoria Social también ha permitido valorar y reproducir algunas de las características más pungentes de la articulación de sus integrantes, como la polifonía y la no jerarquización de las áreas disciplinarias de formación.

Palabras clave: colecciones arqueológicas y etnográficas; administración; red.

INTRODUÇÃO

Este artigo é escrito a onze pares de mãos¹ e resulta das reflexões e memórias coletivas construídas ao longo dos anos de atuação da Rede de Museus e Acervos Arqueológicos e Etnográficos (REMAAE), na militância em prol da promoção dos acervos arqueológicos no país. Nessa atuação ocupamos lugares específicos, com distintas perspectivas sobre os eventos vividos. Experimentamos marcadores sociais – como gênero, raça, geração etc. – que conferem aos diferentes atores desse texto visões variadas de mundo, observadas aqui por meio do complexo campo da Memória Social. Pelo caráter transversal e pelas questões políticas, éticas e epistemológicas que envolvem a abordagem, tal campo escapa das fronteiras e limites disciplinares. Por vezes, tal como qualquer outro trabalho coletivo de memória, as imagens que construímos sobre a REMAAE se aproximam; em outros momentos, eventualmente, se afastam. Contudo, o que seriam os traços identitários de um coletivo, senão este palimpsesto de memórias entrelaçadas?

Compreendemos a memória como uma construção coletiva efetivada no tempo presente e diretamente relacionada aos papéis desempenhados e aos lugares ocupados nos distintos grupos nos quais atuamos (HALBWACHS, 1990). Por esse prisma, a memória é percebida como um instrumento de racional e objetiva “manutenção dos valores de um grupo”² (GONDAR, 2016, p. 24). O processo de recordar e narrar, ensejado neste artigo, decerto não é a representação exata do passado, mas a manifestação de valores, ideias e aspirações que traduzem nossas identidades e anseios, no tempo presente, mirando para um futuro possível. Trata-se, sobretudo, de uma forma de delinear nossas reminiscências, de sorte que “[...] exista maior consonância entre identidades passadas e presentes” (THOMPSON, 1997, p. 57).

O material do qual este texto se constitui é polifônico, polissêmico, multidimensional e não estável; resultado da contínua construção permitida pelas lembranças e pelos esquecimentos; por afetos e desafetos; por passados e presentes; e outras aparentes dualidades. Pauta, também, essa narrativa a revisitação de cartas, documentos e artigos que se assentam nas perspectivas preservacionistas. O elo dessas memórias e reflexões divergentes está na coincidência dos “valores” que defendemos, que reside no engajamento para a militância político-acadêmica e social em defesa dos acervos arqueológicos como elementos de transformação do presente e para projeção de novos futuros. Outras/os agentes que participaram dessa história poderão reconhecer ou estranhar essa narrativa. Por isso, essa reflexão apresenta um caminho, dos múltiplos possíveis, sobre a atuação da REMAAE.

Estruturamos este texto em algumas partes. A imagem da constituição e atuação da REMAAE, doravante desenhada, está no interstício entre passado, presente e futuro, em forma de camadas reviradas. Os dois primeiros eixos representam uma estratigrafia mais profunda, que traduzem, respectivamente, a contextualização do campo patrimonial, seus dilemas e dos museus e acervos arqueológicos, em que são cúmplices a museologia e a arqueologia, como campos de conhecimento e atuação. No segundo momento, dimensiona-se a criação e consolidação da REMAAE, seu escopo e desafios para a gestão

¹ Este artigo foi construído de forma colaborativa entre todas/os, e em seu processo não possui uma hierarquia de funções e ações, de modo que a sequência das/os autoras/es foi organizada por ordem alfabética de sobrenome. Ele emerge de uma iniciativa proposta pela atual gestão da REMAAE em se reunir e conversar com articuladoras/es de gestões anteriores, de modo a recolher memórias sobre o trajeto da Rede. A iniciativa, felizmente, culminou no presente exercício de escrita, que agrega memórias distintas e localizadas sobre o processo de construção e amadurecimento do coletivo.

² A psicanalista e filósofa Jô Gondar, lembrando Michel Foucault, destaca o aspecto afetivo da memória e sua relação com o devir, em fim, com as expectativas sobre o futuro partilhado. Nesta perspectiva, a Memória Social atua como “foco de resistência nas relações de poder” (GONDAR, 2016, p. 24).

dos acervos, em um cenário marcado pela arqueologia de contrato no país - que tem como resultado mais objetivo a bifurcação dos acervos arqueológicos e etnográficos por caminhos e pautas distintas. Também, a consolidação da pauta dos acervos nos encontros da SAB, que se desdobrou na criação do GT Acervos Arqueológicos.

O eixo três compreende um momento de dobra da REMAAE, no qual são criados e fortalecidos os Fóruns de Acervos Arqueológicos. Os eixos quatro e cinco retratam uma estratigrafia mais contemporânea, que abrange o fortalecimento da REMAAE. O eixo quatro ilustra um contexto de retomada da militância e de reaproximação com os acervos etnográficos, tendo como pano de fundo a agenda contemporânea desses campos disciplinares.

O sexto eixo, por sua vez, aponta para o futuro que ensejamos, as projeções e onde deseja-se chegar. Espera-se que essas tessituras permaneçam em movimento, em fluxo contínuo, sempre abertas a novas costuras e nexos. Nesta perspectiva rizomática, a REMAAE segue adiante ao se ressituar em um devir incerto.

PRÓLOGO: ANTECEDENTES PRESERVACIONISTAS E PATRIMONIAIS

A REMAAE é constituída por profissionais e pessoas interessadas nos rumos dos acervos arqueológicos e etnográficos brasileiros. Para compreender essa história, voltaremos em algumas problemáticas patrimoniais do Brasil para evidenciar os desafios em torno dos acervos.

O pensamento preservacionista, discutido em eventos internacionais e materializado nas cartas patrimoniais, contribuiu para construção de diversos marcos legais e normativas nacionais em prol do patrimônio cultural. Em 1931, a *Carta de Atenas* insere o patrimônio arqueológico com lugar de importância nas questões museológicas e aponta a necessidade de atuação dos Estados, enquanto autoridade pública, na conservação desse bem. Como reflexo, a criação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)³ e a publicação do Decreto-Lei nº 25, ambos em 1937, configuram o patrimônio arqueológico como objeto de proteção da União. No final da década de 1950 um grupo de intelectuais iniciou uma movimentação a favor da preservação dos bens arqueológicos, pois o SPHAN estava mais direcionado ao patrimônio da pedra e cal. Tratava-se do movimento liderado por Paulo Duarte em São Paulo (Comissão de Pré-História e Etnologia), que contou com a participação de Oswaldo Rodrigues Cabral (UFSC), José Loureiro Fernandes (UFPR), Luiz de Castro Faria (UFRJ), dentre outros.

Em 1956, a Carta de Nova Delhi, emitida pela Conferência Geral da UNESCO, apresenta recomendações que configuram um avanço para os processos de gestão do patrimônio arqueológico. Alguns anos depois, é implementada a Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961 no Brasil, fruto da ação dos intelectuais referidos. Nesse momento, o SPHAN passa ser responsável por emitir permissões e autorizações federais para o desenvolvimento de qualquer escavação arqueológica.

Internacionalmente, os debates para preservação do patrimônio foram se aprofundando e gerando novos documentos, enquanto no Brasil o regime militar estabelecido entre 1964 e 1985 não instituiu novas medidas para proteção do patrimônio nacional. Por outro lado, as coleções permaneceram sendo geradas, principalmente pelo Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), mantido entre 1965 e 1970,

³ A Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), fundada em 1937, passa por diversas modificações de status e, conseqüentemente, de denominações ao longo dos anos. Em 1946 foi transformada em Departamento (DPHAN); em 1970, em Instituto (IPHAN); entre 1979 e 1990 retorna para Secretaria; em 1990 o órgão é extinto para criação do IBPC – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural; desde 1994, o órgão é restabelecido como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

e por outras instituições brasileiras. Nesse período, instituições como o Instituto de Pré-História (USP), o Museu Paulista, o Museu Paraense Emílio Goeldi, o Museu Nacional (UFRJ), o Instituto Anchieta de Pesquisas (UNISINOS), o Centro de Estudos e Pesquisa Arqueológicas (UFPR), o Museu do Homem do Sambaqui (Colégio Catarinense), a Universidade Federal da Bahia, a Universidade do Recife (que viria a ser a UFPE), o Museu de Antropologia (UFSC) entre outras, também iniciaram pesquisas. Foi o momento de grande profusão de trabalhos em diversas regiões do país, especialmente em setores universitários, que em certa medida estavam desvinculados do tratamento e preservação dos acervos gerados, o que ocasionou três situações: 1) pesquisadoras/es e estudantes não sensibilizadas/os para a perspectiva preservacionista e patrimonial; 2) ausência de infraestrutura museológica compatível para a organização e guarda dos "acervos"; e 3) um certo desconhecimento das noções de "curadoria", que já era comum nos segmentos das instituições de história natural, por exemplo.

Somente em 1985 é criado o Ministério da Cultura do Brasil e o IPHAN passa a fazer parte da pasta. Pouco depois, o Conselho Nacional do Meio Ambiente CONAMA/IBAMA, institui a Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986, que inclui, entre as exigências do licenciamento ambiental, o diagnóstico dos impactos gerados pelo empreendimento no patrimônio cultural. Em 5 de outubro de 1988 é promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil e, posteriormente, a Portaria SPHAN nº 07, de 01 de dezembro de 1988, que regulamenta as pesquisas arqueológicas no Brasil e institui a necessidade do endosso institucional para guarda do material coletado e escavado.

Na década de 1980 era muito raro o emprego da palavra "patrimônio" na área da arqueologia. Para tal constatação basta olhar para os cadernos de resumos da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB). Essa ausência de discussão sobre o caráter patrimonial dos acervos no âmbito da arqueologia atravessou gerações. Esse "olhar preservacionista" chegou à Arqueologia de fora para dentro, encontrando gerações que não tinham a formação para essas responsabilidades. As imposições ambientais fizeram aflorar a necessidade desse debate.

O que se desenha a partir dessa trajetória indica a formação de coleções prioritariamente de caráter científico, até 1986, quando o patrimônio arqueológico passa a ser incluído no licenciamento ambiental. Só a partir de então, fruto de predisposições existentes na Lei nº 3.924/1961, as portarias de trabalhos arqueológicos emitidas pelo IPHAN passam a ser concedidas em duas categorias distintas: as autorizações para escavações de finalidade acadêmica; e as permissões para escavações motivadas pelo licenciamento, realizadas no âmbito da denominada Arqueologia por contrato, Arqueologia empresarial ou Arqueologia preventiva.

Ainda sobre a década de 1980 e com avanços para o decênio de 1990, sobre a questão patrimonial na arqueologia, destacamos uma ausência de infraestrutura totalmente adequada para todas as operações museológico-curatoriais em relação aos acervos produzidos, mesmo nas instituições já consolidadas; projeção de uma geração à frente das pesquisas e instituições que não valorizava a perspectiva preservacionista e com pouco diálogo com o IPHAN; falta de cursos para a formação de profissionais capacitados para essa perspectiva; crescimento dos trabalhos de licenciamento ambiental, enquadrando a arqueologia em um cenário de gestão e financiamento nunca antes vivenciado. Apesar dessas características, nos anos da década de 1980, a arqueologia convivia com alguns trabalhos museológicos e educativos que tinham uma visão preservacionista em sinergia com a perspectiva de difusão científica e da transformação social. Ao mesmo tempo e em concomitância com essas ações, teve início a busca de

"subsídios" no exterior, como o advento da Educação Patrimonial ou *Heritage Education* no final dos anos 1980 e a da Arqueologia Pública no início dos anos 2000.

A participação do IPHAN nos processos de licenciamento ambiental se intensifica consideravelmente a partir de 2002, quando foi publicada a Portaria IPHAN nº 230, que compatibilizou a atuação deste órgão nas etapas de concessão das licenças. O efeito mais direto dessa nova condição foi expresso no aumento significativo das portarias de permissão e de autorização de trabalhos arqueológicos, como nos demonstra Ana Carolina Montalvão (2015, p. 49):

Segundo o Banco de Portarias de Arqueologia do IPHAN, no espaço de dez anos, entre 1991 e 2001, foram desenvolvidas 121 pesquisas acadêmicas e 207 pesquisas de Arqueologia Preventiva. No mesmo espaço de tempo, de 2002 até 2012, o número de pesquisas acadêmicas se manteve equilibrado, tendo sido autorizados 152 projetos. Já a Arqueologia Preventiva teve um aumento de mais de 2.000%, pulando para 4.424 autorizações. No primeiro recorte outras 70 pesquisas foram publicadas sem indicação de natureza, no segundo esses casos chegam a 2.282.

Conforme se depreende dos dados da autora, se, por um lado, essa condição possibilitou o crescimento exponencial dos trabalhos e, conseqüentemente, dos acervos arqueológicos, por outro, essa mesma condição evidenciou e aprofundou problemas latentes e graves, flagrantemente verificados no tratamento institucional dessa parcela do patrimônio cultural. Associados aos acervos se identificam conteúdos complexos e multifacetados, como por exemplo: as teorias ensinadas nos cursos de formação identificam a função social da arqueologia e se afastam da realidade prática; a disponibilidade de infraestrutura adequada para os projetos vinculados ao licenciamento distanciam a realidade transitória de campo da realidade permanente das instituições de guarda e pesquisa já constituídas, as quais funcionavam com poucos recursos; a emergência de tratamento dos acervos frequentemente exige providências urgentes que levam os profissionais a negligenciar outros aspectos relacionados à destinação e uso social dessa parcela do patrimônio cultural, como o discurso expositivo, a ação educativa e os procedimentos de conservação. Ademais, esse mesmo crescimento exponencial dos acervos tornou sensível o campo de interface entre a Museologia, a Arqueologia e a Conservação, sobretudo no adensamento dos debates acadêmicos sobre a gestão das coleções arqueológicas.

Nesse contexto anterior, de uma série de descompassos entre a geração de acervos arqueológicos, mudanças no campo profissional da arqueologia e os problemas inerentes ao campo museológico, se destaca a atuação de Maria Cristina de Oliveira Bruno e a consolidação da linha de pesquisa em musealização da arqueologia no âmbito no Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, que teve um papel determinante para o avanço das reflexões e gestão dos acervos arqueológicos no país (ver BRUNO, 1984, 1995, 1996, 2001, 2005, 2013/2014, 2018). Pesquisadoras/es que hoje atuam em diferentes instituições se formaram segundo essa perspectiva de integração da museologia à arqueologia (ALCÂNTARA, 2007; CARNEIRO, 2009; DUARTE CÂNDIDO, 2005; MORAES WICHES, 2010, 2012, 2018; SÁ, 2011; SANTOS, 2011, 2018; SILVA, 2008; RIBEIRO, 2013; SILVA, 2015; TESSARO, 2014; TOLEDO, 2011, 2018; entre outros). Outros trabalhos na instituição também buscaram a articulação da arqueologia com a educação e com a museologia de modo geral, com resultados eminentes na aproximação com comunidades locais e nos processos de gestão de museus e territórios (LIMA, 2014; PINTO, 2014; HATTORI, 2015; SILVA, 2015; SOUZA, 2015; GUERRA, 2016; HACKBART, 2016; VASCONCELLOS, SILVA, 2018; entre outros).

Paralelamente, outras/os pesquisadoras/es de diferentes locais do Brasil se aproximaram do campo de interlocução entre a museologia e a arqueologia, convergindo

interesses e refletindo sobre aspectos dessa relação interdisciplinar. Nesse segundo movimento, houve a participação e articulação com outros campos do conhecimento, como as Ciências Sociais, a Educação, a História e o Direito, no direcionamento do olhar para questões afeitas às práticas de museus e instituições de guarda e pesquisa, tais como gestão pública, documentação, legislação, endosso e educação patrimonial (BEZERRA DE ALMEIDA, 2003; COSTA, 2007, 2008, 2014, 2017, 2019; COSTA; COMERLATO, 2013/2014; FERNANDES; COSTA, 2018; PARDI, 2002; PEREIRA, 2014, 2017, 2019; POLO, 2014, 2018; SANTOS; MENDONÇA, 2012; SALADINO, 2010, 2013/2014, 2015; SALADINO; COMERLATO, 2011; SALADINO *et al.*, 2011, 2015; entre outros).

Podemos dizer, então, que se sedimentou aí um terreno fértil a partir do qual a REMAAE veio a se originar, reunindo indivíduos que, em termos acadêmicos, advêm de diferentes influências, formações, atuações, vinculações institucionais e abordagens teóricas.

UM HISTÓRICO DO FOMENTO DA REDE

Seria um equívoco centrar a história da REMAAE numa data específica, sem explicitar que ela resulta de um conjunto de intenções e problemas como os explicitados acima, que conduziu à agremiação de pessoas das áreas da Museologia, da Arqueologia, da Conservação e da Educação em torno de um objetivo comum, que era o de garantir para as gerações futuras a preservação e acesso ao patrimônio arqueológico como bem coletivo e público. Tais intenções e ações podem ser caracterizadas como uma espécie de “militância político-acadêmica” (COSTA, 2017, 2019). Assim, é importante registrar que as primeiras iniciativas que dão estofa às reflexões que subsidiariam a REMAAE resultam de articulação entre discussões de dois campos do conhecimento, a Arqueologia e a Museologia, muito antes de sua efetiva criação.

Tais aproximações teriam o seu primeiro registro sistemático em eventos de Arqueologia, especificamente os congressos da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), das quais se identifica GTs desde 1997; contudo, as iniciativas mais sistemáticas, coordenadas e coletivas são de 2007⁴. A partir dessa ocasião, podemos dizer que a discussão ganha uma agenda própria no âmbito dos eventos da SAB, sobretudo a partir da aproximação de interessadas/os com a realização dos simpósios temáticos “O futuro dos acervos”, coordenado por Maria Cristina de Oliveira Bruno e Paulo Eduardo Zanettini, nas edições de 2007 e 2009 do congresso (BRUNO; ZANETTINI, 2007). São nesses espaços que os profissionais com interesse nas discussões, atuantes na academia, nos museus e nas instituições de guarda e pesquisa, começam a se reconhecer e se agenciar em prol de um objetivo comum. Importa mencionar que o campo de pesquisa e atuação denominado de Musealização da Arqueologia, protagonizado por Maria Cristina Bruno, alicerçou o amadurecimento da discussão, sobretudo do prisma epistêmico. Cabe ressaltar, contudo, que esses primeiros eventos ficavam com a plateia vazia, pois as/os arqueólogas/os ainda não tinham se atentado para a discussão patrimonial e dos acervos.

No campo dos Museus e da Museologia, o ingresso sistemático e orgânico das discussões sobre os acervos arqueológicos é tardio e está associado aos Fóruns Nacionais

⁴ Outros eventos sobre os acervos arqueológicos aconteceram anteriormente a esse período ou em paralelo como o “Museus de Arqueologia: problemas e perspectivas”, evento internacional, realizado pelo Instituto de Pré-história da USP em 1989; o Programa de Estudos Museológicos - Simpósio Internacional - “O Processo de Comunicação nos Museus de Arqueologia e Etnologia” organizado pelo MAE/USP (1993) e também “Projeto Paranapanema: Arqueologia Regional e Museologia / Piraju na mesma data; o “Acervos Arqueológicos: Gerenciamento Institucional” no XIII Congresso SAB: Arqueologia, Patrimônio e Turismo, de 4 a 8 de setembro de 2005, Campo Grande MS; o Seminário “Museologia, Arqueologia e Resistência Política”, de 3 e 4 de setembro de 2009 - no Memorial da Resistência de São Paulo; por fim o Simpósio “Musealização da Arqueologia: Desafios contemporâneos - Partes 1a. e 2a. - XV Congresso da SAB, setembro de 2009”.

de Museus (FNMs). Nesse aspecto, existe um fato curioso a ser registrado. Apesar de o conjunto de intenções e preocupações que unia pessoas em prol de um tema ocorrer inicialmente nos congressos da SAB, a iniciativa de criação da Rede de Museus e Acervos Arqueológicos e Etnológicos (REMAAE), como uma instância permanente e colaborativa com o objetivo “trocar informações e experiências no campo dos museus e acervos arqueológicos e etnográficos”⁵, ocorre no 3º FNM, realizado entre 7 e 11 de julho de 2008, na cidade de Florianópolis, cuja primeira coordenação foi assumida por Fabiana Comerlato. A REMAAE, portanto, ressoa discussões que envolvem diversos agentes⁶. Como apontado, a polifonia formadora da Memória Social e, conseqüentemente, deste exercício textual, apresenta-se no entendimento de que os debates promovidos por essa Rede são resultantes das inúmeras encruzilhadas teóricas, metodológicas e políticas em que se encontram há algumas décadas instituições, pesquisadoras/es, profissionais, movimentos socioculturais e de lutas identitárias.

Tal criação se deu por sugestão do, então, Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Demu/IPHAN), desmembrado do IPHAN em janeiro de 2009 e convertido em Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) (RELATÓRIO DO 3º FÓRUM NACIONAL DE MUSEUS, 2010, p. 95). No contexto no qual foi criada, havia um claro e consciente esforço de alinhamento com os princípios, diretrizes e metodologias do, hoje extinto, Ministério da Cultura (MinC), manifestos em diversas ações desenvolvidas, dentre as quais destacamos, a título de ilustração, o Plano Nacional de Cultura (PNC). Havia, por parte daquela gestão do IBRAM, o empenho em manter as práticas democráticas e participativas que resultaram na elaboração da Política Nacional de Museus (PNM), em 2003, e, seis anos depois, na Lei nº 11.904/2009, o Estatuto de Museus. É, portanto, exatamente desse momento que se pode adotar a alcunha de REMAAE.

Assim sendo, compreendemos que o setor museológico, na primeira década do século XXI, foi caracterizado pelo estímulo ao desenvolvimento do ativismo na área, no qual observamos o incentivo às aproximações e trocas entre profissionais, pesquisadoras/es e estudantes. Cabe lembrar que estamos nos referindo a uma época de considerável articulação entre o setor museológico e os Ministérios da Cultura e da Educação, cujo resultado mais evidente é o incentivo à criação de formações acadêmicas, que, associados a outros incentivos federais e regionais, resultou na criação de 13 novos cursos de graduação e 6 programas de pós-graduação (que reúnem 1 Doutorado e 6 Mestrados) em Museologia⁷. Nesse contexto, o propósito do DEMU/IPHAN com a realização dos Fóruns Nacionais de Museus (FNM), cuja primeira edição ocorreu em 2004, na cidade de Salvador, era justamente esse: ser o cenário do encontro e das trocas, o lugar de origem de sinergias e articulações e, assim, fortalecer o setor museológico e consolidar a PNM.

Nesse sentido, na organização dos FNMs optou-se por uma programação que estimulasse os debates em torno de temas emergentes, as reuniões e os entendimentos. Assim, já no 1º FNM em 2004 foram realizados painéis temáticos e criados grupos de trabalho orientados por tipologias de museus. No 3º FNM, em 2008, a organização do evento orientou as/os participantes dos GTs a criarem redes de museus para que os debates e as articulações continuassem após o término do evento. Portanto, essa ação

⁵ Ver <https://www2.ufrb.edu.br/reconcavoarqueologico/remaae-nordeste>.

⁶ No campo da Museologia, por exemplo, diferentes grupos de pesquisa possuem forte inserção na REMAAE, como o grupo do Recôncavo Arqueológico (UFRB), o grupo de Estudo e Pesquisa Museologia e Interdisciplinaridade (UFG) e o grupo de Musealização da Arqueologia (USP).

⁷ Uma das propostas do Eixo Programático 3 (Formação e Capacitação de Recursos Humanos) da PNM era a ampliação de cursos de graduação e pós-graduação em Museologia.

referia-se a uma estratégia do DEMU/IPHAN para estimular o comprometimento, a organização e o ativismo dos agentes com as pautas e os desafios específicos de seus respectivos universos.

Nesse contexto, a REMAAE nasceu como um grupo heterogêneo de agentes, inicialmente profissionais e estudantes presentes na reunião do GT Museus Arqueológicos e Etnográficos do 3º FNM, aumentando, gradativamente, por meio da inclusão de e-mail em um *googlegroups*. Em que pese a heterogeneidade dos agentes, importa grifar que a REMAAE tem no nascedouro uma identidade acadêmica marcante, que persiste ainda hoje. Atualmente, há uma união de esforços para que essas discussões sejam capilarizadas, de modo que as discussões e as práticas sejam permeabilizadas para fora das cercanias acadêmicas e ganhem corpo nos lugares de ação, nas práticas cotidianas das instituições e nas comunidades em que os patrimônios estão em movimento, vivos. Ao fazer este esforço, almeja-se horizontalizar o debate, incorporando lideranças comunitárias, dissociando-se da imagem meramente academicista.

Nos dois anos que se seguiram à sua efetiva criação, a REMAAE atuou de forma combativa e extremamente ativa nos cenários museológico e arqueológico. Essa proatividade e o sentimento de pertencimento que produziu efeitos muito positivos no coletivo unido em torno dos interesses da Rede, definitivamente, consolidaram o campo. Apesar dessa característica, curiosamente, no momento em que a Rede parecia viver o seu auge criativo e um extremo protagonismo nas ações relacionadas às discussões sobre os acervos arqueológicos, partiu do IBRAM uma proposta de requalificação da REMAAE. Durante o 4º FNM, realizado em Brasília, em 2010, quando o evento era destinado à discussão do Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM) 2010-2020 que fazia parte do Plano Nacional de Cultura (PNC), foi proposta a requalificação da REMAAE como “Mini Fórum de Museus Etnográficos e Arqueológicos”, haja vista a intenção de moldar os sentimentos e ações coletivas à metodologia do evento, que visava obter, e obteve, diretrizes e ações para o decênio do PNC (RELATÓRIO DO 4º FÓRUM NACIONAL DE MUSEUS, 2012, p. 92).

É também da ocasião desse evento a separação das discussões dos acervos arqueológicos e etnológicos no âmbito da REMAAE, justificada pela diferença no trato acadêmico, técnico e estatal do tema (RELATÓRIO DO 4º FÓRUM NACIONAL DE MUSEUS, 2012, p. 91). Assim, em 2010, manteve-se a sigla, mas alterou-se o nome para Rede de Museus e Acervos Arqueológicos. Cabe destacar que nesse momento a gestão dos acervos arqueológicos estava sendo impactada pela enorme geração de materiais, oriundos da arqueologia por contrato.

No Congresso da SAB de 2011, em Florianópolis, a REMAAE teve uma forte participação, com a realização de dois importantes simpósios e, sobretudo, com articulações cruzadas entre profissionais do campo da Museologia e da Arqueologia. Um ano depois, em 2012, no âmbito do FNM, ocorrido em Petrópolis, a REMAAE se fez presente, quando já contava com mais de 180 membros de todo o Brasil (RELATÓRIO DO 5º FÓRUM NACIONAL DE MUSEUS, 2014, p. 11, 108). É a partir desse momento que um novo campo temático começa a se agremiar às discussões de interesse dos membros da REMAAE: a conservação (DUARTE CÂNDIDO, 2012, 2014; DUARTE CÂNDIDO; SILVA, 2015; SALADINO; COMERLATO, 2011; SALADINO *et al.*, 2011).

No Congresso da SAB de 2013, realizado em Aracaju, as discussões dos membros da REMAAE foram realizadas em dois importantes simpósios, que elevaram as discussões a patamares de interesse estatal, a ponto de incidir sobre as questões que envolviam as políticas de gestão dos acervos arqueológicos. A mobilização foi de tal ordem, que a ação dos membros da Rede junto à SAB levou a integrar oficialmente o assunto à agenda da sociedade científica, haja vista a aprovação, na assembleia geral

realizada durante o congresso, da “Moção de criação de GT para elaboração de políticas de gestão de acervos arqueológicos”. A nossa compreensão é a de que a moção resumia mais de 30 anos de trabalhos, produções acadêmicas e reflexões sobre vários aspectos da gestão do patrimônio arqueológico.

Outra estratégia de articulação da REMAAE foi a sua apresentação em eventos e congressos da área como estratégia de mobilização, representada pelas/os suas/eus coordenadoras/es, como Camila Azevedo de Moraes Wichers, Alejandra Saladino e Diego Lemos Ribeiro com a comunicação “Remaae: associativismo e políticas públicas de cultura” no “Encontro de arqueologia, patrimônio e turismo”, em 2011; Alejandra Saladino e Diego Lemos Ribeiro organizaram o simpósio “Remaae: desafios para uma política de preservação do patrimônio arqueológico” no “XVI Congresso da Sab”, em 2011; Alejandra Saladino, Fabiana Comerlato e Diego Lemos Ribeiro apresentaram a comunicação “Rede de museus e acervos arqueológicos (Remaae): ativismo para uma política de preservação do patrimônio arqueológico”, no “II Encontro latino americano de arqueologia” em 2011; Fabiana Comerlato apresentou a comunicação “REMAAE - Rede de Museus e Acervos de Arqueologia e Etnologia”, no “III Seminário de museologia: docências, vivências e pesquisas atuais”, realizado na UFRB, em 2012; Manuelina Duarte Cândido apresentou a comunicação “Gestão do patrimônio arqueológico no centro-oeste: contribuições para a Rede de museus e acervos de arqueologia (Remaae)”, na “VI Reunião de teoria arqueológica da América do Sul (TAAS) e III Jornada de arqueologia no cerrado” e no “5º FNM”, em 2012; Luzia Antônia de Paula Silva e Manuelina Maria Duarte Cândido apresentaram a comunicação “REMAAE Centro-Oeste: percursos de uma pesquisa”, no XVII Congresso da SAB, realizado em Aracaju, em 2013; Alejandra Saladino e Diego Lemos Ribeiro apresentaram poster “Coleções arqueológicas: um retrato possível a partir da Rede de Museus e Acervos Arqueológicos (Remaae)” no “XVII Congresso da SAB”, em 2013.; Carlos Alberto Santos Costa e Elizabete de Castro Mendonça organizaram o Simpósio 24, “Endosso institucional e gestão de acervos: desafios e perspectivas legais”, no XVII Congresso da SAB, realizado em Aracaju, em 2013, do qual derivou a “Moção de criação de GT para elaboração de políticas de gestão de acervos arqueológicos”, aprovada na assembleia geral do evento daquele ano - cuja efetiva criação só foi oficializada na SAB 2015, em Goiás; e Maria Cristina Oliveira Bruno (MAE/USP) e Diego Lemos Ribeiro (UFPEL) organizaram o Simpósio 30, “Musealização da arqueologia e produção acadêmica: novos problemas, novos desafios”, também no XVII Congresso da SAB, realizado em Aracaju, em 2013.

O PERÍODO DE DOBRA E RETOMADA

A partir de 2014, no âmbito do FNM, ocorrido em Belém, a REMAAE viveu um momento de arrefecimento de suas ações coletivas, ainda que a atuação pontual de alguns de seus membros tivesse se feito sentir no ambiente do evento, sobretudo no processo de revisão das diretrizes do PNSM 2010-2020 (RELATÓRIO DO 6º FÓRUM NACIONAL DE MUSEUS, 2017, p. 92, 106, 145). Por sua vez, em 2015, fruto do atendimento da moção aprovada dois anos antes no congresso da SAB, realizado em Goiânia, foi finalmente criado o GT Acervos da SAB, caracterizado como um espaço permanente de discussão sobre as problemáticas da gestão dos acervos arqueológicos. Cabe frisar que, nesse instante, o referido arrefecimento pareceu se fazer sentir com maior clareza, uma vez que os trabalhos da REMAAE estiveram mais lentos e, aparentemente, o coletivo enfrentava um período de desarticulação ou dobra⁸.

⁸ O termo “dobra” é caro à perspectiva rizomática. Deleuze o empresta de Leibniz, que por sua vez o retira do Barroco, para se referir a um certo grau de instabilidade que o Barroco expressaria enquanto uma “arte de crise”, onde o humano é

Contrariamente, emergia com muita força junto à SAB o GT SAB Acervos Arqueológicos, cuja primeira reunião teve lugar em Porto Alegre, no ano de 2016. O grupo de trabalho buscava refletir sobre as ações de salvaguarda e os protocolos institucionais de recepção de acervos arqueológicos. Dentre as ações marcantes que caracterizaram aquele momento está o diálogo com representantes das autarquias federais que tinham o cabido de gestão do patrimônio arqueológico, especificamente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). No caso específico do IPHAN, havia o interesse de diálogo sobre a recém publicada Portaria IPHAN nº 196/2016, que trata das questões de gestão institucional dos acervos arqueológicos. No ano seguinte, 2017, realizou-se o primeiro Fórum de Acervos Arqueológicos, na cidade de Ouro Preto, que resultou na elaboração do documento intitulado “Recomendações de Ouro Preto” (FÓRUM DE ACERVOS ARQUEOLÓGICOS, 2017). Para além do amadurecimento da militância, esse evento aponta para duas questões que merecem destaque: a retomada dos trabalhos da REMAAE e uma perspectiva de aproximação profícua entre os dois grupos.

Assim, após o cenário de arrefecimento das ações da REMAAE, as intenções que uniam os seus integrantes permaneciam vivas e, associado a isso, tal sentimento coletivo foi favorecido pela “injeção de ânimo” registrada nas Recomendações de Ouro Preto, de modo que, mais uma vez, no âmbito de um FNM, especificamente na 7ª edição, realizada entre 30 de maio e 4 de junho de 2017 em Porto Alegre, o coletivo voltou a se articular, com a entrada de novas/os integrantes. Naquela ocasião, o presidente do IBRAM, Marcelo Araújo, salientou o papel da REMAAE para a sensibilização do órgão para o tema da musealização da arqueologia. A partir de então, a Rede vivia um recomeço, com novas questões e, agora, agregando-se às discussões de Arqueologia, de Museologia e de Conservação. Na retomada, foi definida a coordenação para o biênio 2017-2018, cuja representação estava baseada nas quatro áreas de articulação interdisciplinar da Rede, bem como foram ratificadas as diretrizes das “Recomendações de Ouro Preto” e apresentadas uma série de moções, aprovadas no fim do FNM, relacionadas à necessidade do IBRAM desenvolver ações conjuntas para a cadeia operatória de trabalhos com os bens arqueológicos (COSTA, 2017, p. 239). Além disso, já com o apoio do IBRAM, a coordenação REMAAE integrou as tratativas para a organização do II Fórum Acervos Arqueológicos.

O II Fórum Acervos Arqueológicos, que teve o tema “por uma política de preservação do patrimônio arqueológico brasileiro”, foi realizado pela REMAAE e pelo GT Acervos Arqueológicos da SAB entre os dias 28 e 30 de agosto de 2018, no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro. Ao final do evento, as/os participantes elaboraram a “Carta de Prioridades para Ações Articuladas sobre os Acervos Arqueológicos: IPHAN, IBRAM, REMAAE e GT Acervos Arqueológicos da SAB” (SALADINO, 2019, p. 244-246), em que foram indicados caminhos necessários para a gestão dos acervos. A partir desse evento e da discussão promovida, a área de Educação foi indicada para compor a chapa de organização da Rede no próximo Biênio, compondo as áreas de Arqueologia, Conservação, Educação e Museologia.

A partir desse momento também é possível visualizar de maneira mais evidente a mudança de perspectiva da Rede em relação aos acervos, que passa aprofundar o olhar para as relações entre os objetos e as pessoas, para os significados e reapropriações do patrimônio arqueológico. Até então, o foco era o crescimento exponencial das pesquisas

impregnado de incerteza acerca de sua vida (DELEUZE, 2007, p. 13). No caso da REMAAE, o termo pode ser empregado para caracterizar tal momento de incerteza e reposicionamento, sobretudo no que concerne à agenda da Rede e às arenas de debate das quais participava.

arqueológicas, evidenciado a partir da Portaria IPHAN nº 230/2002, com o consequente aumento dos acervos coletados e demandas emergenciais no campo da salvaguarda desse patrimônio. Após uma década de ações da REMAAE, que ensejaram a ampliação dos debates acadêmicos e institucionais, e com o avanço da própria legislação voltada à salvaguarda dos acervos arqueológicos, foi possível lançar o olhar da Rede, de forma mais aprofundada, para as relações entre o patrimônio arqueológico e as comunidades. Objetivamente, a referida carta de prioridades, documento produzido ao final do evento pelos participantes, constitui um marco dessa transformação. Na carta são incentivadas a gestão compartilhada dos acervos arqueológicos e a gestão das coleções sensíveis presentes nesses acervos.

O III Fórum Acervos, com o tema "Museus, Instituições de Guarda e Pesquisa", também organizado pela REMAAE e pelo GT Acervos Arqueológicos da SAB, foi realizado entre 2 e 4 de outubro de 2019, em Belo Horizonte. Nesse evento, o objetivo foi se aproximar da realidade prática dos Museus, Instituições de guarda e pesquisa. Dessa maneira, o evento agregou às formas mais academicistas de organizar eventos - com conferências e comunicações científicas - a realização de mesas redondas e oficinas de capacitação para atendimento dos profissionais de instituições. Nesse contexto, a REMAAE demonstra a força do engajamento coletivo, consorciado às questões afeitas aos acervos arqueológicos.

Em síntese, cabe evidenciar que desde os primeiros anos de existência da REMAAE, alguns agentes reconheciam a importância de sensibilizar os membros do campo da Arqueologia para as problemáticas concernentes à preservação e à valorização do patrimônio arqueológico como um todo, ou seja, acervos e sítios. Todavia, devido à complexa e dramática situação enfrentada pelas instituições de endosso dos projetos de Arqueologia, agravada pelo crescimento exponencial das coleções, resultantes do aumento da demanda da Arqueologia Empresarial - gerada pela agenda desenvolvimentista, da qual merece destaque o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) - optou-se por concentrar esforços sobre a preservação e a gestão dos materiais coletados. Isso significa reconhecer que a problemática da preservação, da valorização e socialização dos sítios arqueológicos musealizados e passíveis de Musealização foi um ponto deixado em segundo plano... E assim permanece.

A REMAAE HOJE E O LEGADO DA LUTA PRESERVACIONISTA

A transformação relativa às coleções abarcadas pela REMAAE se dá no contexto da emergência das discussões decoloniais nas ciências humanas e sociais, através da qual a gestão compartilhada das coleções arqueológicas e etnográficas com os povos originários e populações tradicionais vem sendo demandada. Da mesma forma, diferentes movimentos sociais vem impulsionando e exigindo a transformação do espaço das universidades e dos museus. Os valores e significados atribuídos por essas comunidades diferem daqueles atribuídos pelos museus e pelas instituições de memória e salvaguarda, de forma que essas instituições têm atentado para o desenvolvimento de processos colaborativos na gestão dos acervos (ROCA, 2015; CURY, 2016).

A gestão compartilhada tem ressonância, especialmente, na preservação dos denominados objetos e coleções sensíveis, que se configuram como bens aos quais são atribuídos valores do âmbito do sagrado e do secreto, e que demandam tratamento diferenciado (DERLON; MAUZÉ, 2013). Em relação aos acervos arqueológicos e etnográficos, podemos citar como exemplo de objetos sensíveis os remanescentes humanos e os objetos rituais. Não obstante, é importante destacar que qualquer objeto arqueológico pode ter esse caráter. Assim, a partilha dos processos de musealização com coletivos humanos dos territórios de intervenção é fundamental. Dessas colaborações,

podem resultar ressignificações não previstas de objetos antes classificados como “utilitários”.

No domínio das políticas culturais, a gestão compartilhada aparece como recomendação em documentos de referência internacionais, como a Declaração das Nações Unidas pelos Direitos das Populações Indígenas (2007) e a Recomendação Referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade (2015), ambos elaborados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); e nacionais, como a Política Nacional de Museus (2007), do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), e pela Política de Patrimônio Cultural Material (2018), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A REMAAE, como coletivo que atenta para as boas práticas em relação aos acervos, busca, assim, atuar de maneira consoante às orientações e princípios contemporâneos de gestão das coleções.

A aproximação entre coleções e comunidades tem ressonância na retomada da REMAAE do trabalho com os acervos etnográficos, que voltaram a ser incluídos aos interesses e discussões da rede, junto aos acervos arqueológicos, mantendo-se em mente que para as discussões sobre gestão dessas coleções convergem diferentes disciplinas, abordagens e interesses (GASPAR; RODRIGUES, 2020). Cabe apontar que os limites de distinção entre os acervos arqueológicos e os etnográficos são muitas vezes fluidos. Tal condição pode ser constatada na presença de objetos arqueológicos em coleções etnográficas, fato mais comum com peças arqueológicas inteiras e/ou com maior “apelo” estético. O fato de as peças ativas nas esferas de uso e reuso, quando da coleta, serem comumente inseridas em coleções etnográficas e de os objetos advindos de contextos de abandono serem frequentemente considerados arqueológicos, bem como possuírem temporalidades diversas, não descaracteriza a fluidez desses limites, posto que essas distinções derivam de enquadramentos proporcionados pelas disciplinas científicas (MORAES WICHERS, 2019).

As relações das coleções arqueológicas e etnográficas com as populações originárias, a partir da ideia de construção de histórias indígenas de longa-duração (CORRÊA, 2013), talvez sejam hoje o principal ponto de junção entre esses acervos. Nesse sentido, o conceito de patrimônio cultural indígena, enquanto categoria variável e dinâmica, mesmo sendo estranha às culturas indígenas (VAN VELTHEM *et al.*, 2017) – as quais operam essa categoria de formas diversas – pode ser profícuo, no sentido político de afirmar a autoria e o pertencimento dessas coleções aos povos indígenas, como parte de suas histórias e lutas, no âmbito de uma cidadania patrimonial (LIMA FILHO, 2015).

Um dentre os demais eixos de interlocução a ser considerado é a relação entre acervos arqueológicos e a diáspora africana, sendo importante destacar um aumento de estudos arqueológicos desenvolvidos a partir de perspectivas afrocentradas (HARTEMANN; MORAES, 2018), as quais revelam aspectos sensíveis da preservação desses patrimônios.

Sendo o conceito de preservação uma característica específica de apropriação no Ocidente (sobre o conceito de preservação ver BERGERON, 2011), os museus têm sido cada vez mais interpelados a responder a quem esse processo de musealização beneficia, para quem essa herança está sendo construída, quais os agentes envolvidos na seleção dessas parcelas de patrimônio e como esses sistemas estéticos têm sido construídos. Conforme indicado, a decolonização das práticas científicas é imperativa e tem sido pauta nos debates mais recentes da REMAAE.

Marília Xavier Cury, no que concerne à reflexividade e à pedagogia museológica em processos de musealização com populações indígenas, argumenta que todos aqueles que participam dos processos museológicos são curadores: os profissionais dos museus, os

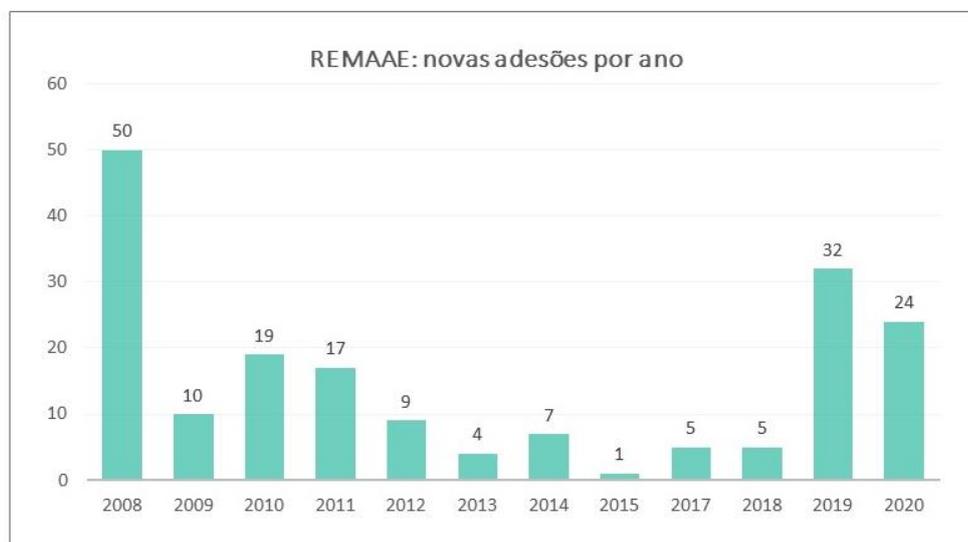
públicos, os integrantes das culturas relacionadas ao museu e os “encantados que, desde a espiritualidade indígena, fazem suas contribuições, especialmente por meio dos pajés” (CURY, 2020, p. 139-140).

Dessa feita, os diferentes povos indígenas são interlocutores por excelência nos processos preservacionistas – sendo importante destacar o crescimento das ações no âmbito de museologias indígenas e cosmopolíticas da memória (GOMES, 2019). Contudo, todas as pessoas, coletivos e comunidades relacionadas aos territórios de origem e às trajetórias dos objetos arqueológicos colocam-se como integrantes a serem considerados, como por exemplo as comunidades quilombolas, e as populações ribeirinhas e periféricas, para citar algumas.

Para além disso, as coleções arqueológicas e etnográficas convergem também do ponto de vista de sua configuração como coleção de origem científica e da diversidade de materiais que as compõem. Essas características são definidoras para pensar a gestão dos acervos na perspectiva contemporânea, e a REMAAE, nesse contexto, deve buscar também a aproximação com outras organizações, como a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e as diferentes redes de ecomuseus e museus comunitários. Para mencionar alguns exemplos, podemos citar a Rede LGBT de Memória e Museologia Social e Fórum Nacional de Museus Indígenas, já configuradas no país, para que sua atuação se construa também com esses coletivos. Além dessa aproximação com outras redes e por meio das inspirações advindas destas trocas, a continuidade da contribuição na REMAAE no Fórum de Acervos Arqueológicos, a construção e a divulgação de documentos enquanto síntese de reflexões – e não como normas – e a produção acadêmica advinda dessas interações são eixos fundamentais para a continuidade da militância da rede em prol das pessoas e comunidades, com especial atenção para um olhar para além dos objetos.

Para enfrentar a ampliação da agenda da Rede e dar conta dos desafios que continuamente emergem neste campo político, de atuação e de pesquisa, tem se buscado cada vez mais promover a escuta entre as/os integrantes do coletivo, bem como a adesão de novas/os interessados, a exemplo de estudantes e profissionais recém-formadas/os ou recém-institucionalizadas/os. Cabe notar, a esse respeito, que o novo ânimo injetado a partir de 2017 trouxe 64 novos membros, totalizando, em 2020, 183 participantes, conforme a Figura 1.

Figura 1 – Número anual de novas/os integrantes à REMAAE, para o intervalo de 2008 a julho de 2020. Elaboração das (os) autoras (es) (2020).



Nesse texto foram apontados especialmente os desafios em torno da REMAAE, com a reativação Rede, por meio da retomada da comunicação via *googlegroups* e participação e representação em eventos científicos da Arqueologia, Museologia, Conservação; definição das coordenações regionais para a gestão 2017-2019 com membros que representem, quando possível, a Arqueologia, a Museologia e a Conservação; e por fim, a criação de pauta de debates sobre pontos candentes para a Musealização da Arqueologia, como por exemplo a gestão e extroversão de remanescentes humanos e artefatos de valor simbólico e patrimonial reconhecido por grupos sociais. Nesse período, constatamos a pertinência da rede e a força de sua atuação, como destacado na sessão anterior.

Atualmente, a coordenação (biênio 2020-2021) é composta por quatro representantes para as áreas de Conservação e Restauro, Educação e Comunicação, Museologia e Arqueologia (ver Figura 2). Cabe destacar que essa nova geração à frente da REMAAE foi formada, em termos práticos e teóricos, pela mobilização das gestões anteriores, nos principais temas do campo dos acervos. A interdisciplinaridade da chapa tem evidenciado a importância de ampliação do diálogo para o fortalecimento da militância, bem como a estruturação das bases que consolidaram a Rede para contextualização de novos membros e desenvolvimento de projetos futuros.

Figura 2 – Histórico de coordenadoras/es da Rede. Elaboração das (os) autoras (es) (2020).

Gestão		Coordenadoras/es
2008	2010	Fabiana Comerlato
2010	2012	Alejandra Saladino
2012	2014	Camila de Moraes Wichers
2017	2019	Alejandra Saladino (Museologia), Eunice Laroque (Arqueologia), Mara Carrett de Vasconcelos (Conservação e Restauro)
2020	2021	Ana Carolina Montalvão (Conservação e Restauro), Mario Junior Polo (Arqueologia), Maurício André da Silva (Educação), Paulo Otávio Laia (Museologia)

Como Rede, temos nos perguntado: quais os desafios atuais e como ampliar os debates? Quais seriam os valores, metas e função da Rede no universo dos museus e dos acervos arqueológicos e etnográficos? Assim, construímos coletivamente algumas proposições conceituais de modo a nortear perspectivas futuras⁹. Para o grupo de membros, e conforme o retorno recebido, os valores da REMAAE se relacionam à inclusão, à transparência, à ética e à polifonia. Sente-se, na articulação da Rede, um compromisso com as comunidades relacionadas aos museus e com os valores associados à Declaração Universal dos Direitos Humanos. A Rede também luta pela ampliação do acesso aos acervos, no sentido de sua ressignificação e função social, e se coloca unida diante dos condicionalismos do presente.

Diante desse contexto, a REMAAE busca como meta contribuir para melhorar as ações museológicas com acervos arqueológicos e etnográficos, na socialização e decolonização das coleções; fomentar formas mais horizontalizadas de escuta dos

⁹ Em julho de 2020 a REMAAE realizou uma consulta aos membros da Rede sobre uma série de questões que buscaram delinear o futuro do coletivo e as pautas sobre as quais devemos nos engajar, cujos resultados buscou-se integrar às discussões aqui apresentadas.

variados e complexos interesses que o patrimônio desperta; fortalecer redes e parcerias; incentivar a aproximação teórica, metodológica e técnica/tácita entre os departamentos de arqueologia (com suas reservas e coleções, ou museus) e os departamentos de museologia e conservação-restauração nas instituições de ensino superior; estimular e contribuir para o ativismo e a militância dos agentes envolvidos com a preservação e a valorização do patrimônio cultural; capilarizar, global e localmente, a atuação dos atores-sociais mais diversos, envolvidos nesse tema.

Nesse sentido, cabe à REMAAE promover a comunicação, conectar e criar sinergias entre profissionais dos museus de arqueologia e etnologia em torno de suas metas e valores; promover discussões políticas sobre o alcance dos museus e instituições de guarda e pesquisa na sociedade, a partir de seus acervos; bem como articular de maneira horizontal os diferentes agentes com interesse nos processos de salvaguarda e extroversão dos acervos arqueológicos e etnográficos. A Rede busca se articular, tendo a proatividade como foco e o diálogo como método, para a construção e o debate acerca das soluções para que os acervos arqueológicos atinjam o seu fim social.

O FUTURO DA REMAAE

A REMAAE, em relação ao seu futuro, possui alguns indicativos de caminhos, como a criação de ocasiões e espaços - como os virtuais - para que suas/seus integrantes possam compartilhar suas experiências, trabalhos e estudos de caso, ou ainda a regionalização da atuação da Rede por meio da figura de articuladoras/es regionais, a fim de promover maior capilaridade e articulação nacional. Cabe destacar que esforços já foram realizados nesse seguimento, e podem ser retomados e ampliados de modo a envolver as novas gerações.

A partir da consulta realizada aos membros da Rede em 2020, foram levantados temas e pautas de interesse, como o fomento da discussão sobre práticas colaborativas e decoloniais de gestão e curadoria, que inclui ações de restituição, repatriamento e as práticas concernentes aos remanescentes humanos. A segunda pauta mais mencionada diz respeito ao fomento de redes de colaboração, apoio e intercâmbio institucional a serem promovidas pela Rede. De acordo com as respostas, isso incluiria tanto esforços internos à Rede, entre integrantes e instituições representadas, como também externos a ela. Outras pautas abordadas incluem: o olhar da Rede aos acervos etnográficos; as práticas de socialização ou extroversão das coleções; e, ainda, os efeitos da pandemia da Covid-19 e os desafios políticos atuais. É interessante notar que a reaproximação com as coleções etnográficas tenha sido apontada como uma pauta na qual investir, condição que, talvez, dialogue com o interesse demonstrado pelas práticas colaborativas e decoloniais na arqueologia, conforme abordadas acima.

Sobre os acervos etnográficos, especificamente, perguntamos “como poderíamos ampliar a discussão em torno desses acervos?”. Como caminhos foi sugerido envolver membros das populações tradicionais, como indígenas e afrodescendentes que cultivam as matrizes religiosas, entre outras, para ampliar a discussão sobre sua materialidade. Também se mencionou buscar aproximações com outras organizações e criar uma quinta área na coordenação da Rede para representante da área da Antropologia.

Cabe refletir porque a REMAAE, que no passado trilhou pelo caminho dos acervos arqueológicos e se distanciou dos acervos etnográficos, nesse momento sente a necessidade de reaproximação com esse segmento patrimonial. Essa questão pode ser compreendida de muitas formas, como o fato da Arqueologia Brasileira ter realmente compreendido a sua dimensão social no século XXI; a percepção de que a área não trabalha somente com vestígios e populações “extintas”, mas, sim, com o ser humano no passado e presente; as barreiras porosas entre os acervos arqueológicos e etnográficos,

questionando-se o que de fato delimita um objeto entre esses dois campos do conhecimento. A aproximação com profissionais da Etnologia, e por sua vez da Antropologia, pode ser um caminho importante para a Rede, porém a necessidade de envolvimento de membros das populações indígenas e tradicionais é um caminho a ser trilhado para a renovação da Rede.

Assim, também se aponta para o potencial da rede em contribuir para a problematização das categorias acervos arqueológicos e acervos etnológicos, tendo em mente, inclusive, a produção existente sobre o tema (ver GASPAR; RODRIGUES, 2020), e por meio de atuação que estimule e incentive a realização de práticas indisciplinadas e decoloniais.

Com o intuito de desenvolver estratégias de resistência à lógica e ao *modus operandi* ainda preponderantes nos quadros sociais de origem e filiação de suas/eus agentes - designadamente o campo acadêmico e as instituições de guarda e pesquisa - desejamos que a REMAAE contribua para a descolonização de discursos e práticas institucionais, acolhendo agentes mais pela atuação e militância em prol da preservação e valorização do patrimônio arqueológico e menos pela formação e titulação. Concretamente, incentivando e estimulando a participação das/os detentoras/es do patrimônio e de agentes de movimentos sociais engajados na preservação, apropriação e reinterpretção do patrimônio, para que participem ativamente da proposição das pautas e das articulações e encaminhamentos do coletivo.

Vislumbra-se que a REMAAE também siga atuando no sentido de contribuir para a ampliação e o aprofundamento dos diálogos e das articulações junto às autarquias federais, diversas organizações formais e entre agentes das áreas de interesse - como a Arqueologia, Conservação-Restauração, Educação, Comunicação e Museologia -, contribuindo para o fortalecimento dos seus vínculos. Compreendemos que isso pode se dar pela consolidação do caráter agregador do coletivo (independente dos títulos e intensidade de atuação acadêmica dos membros). Para isso, parece-nos importante investir na sensibilização das “novas gerações” de agentes em todas as áreas. Compreendemos ser essa uma estratégia fundamental, não apenas para o fortalecimento e a renovação da Rede, mas também para criar outras formas possíveis de formação de quadros sociais, pautados na horizontalidade, na des-hierarquização e no ativismo. Esses caminhos traçados a partir do quadro presente, ademais, estão amparados nos valores definidos já nas primeiras escolhas institucionais do coletivo.

Cabe ressaltar que o papel agregador e articulador da REMAAE a distancia de qualquer pretensão no que diz respeito à orientação, determinação e certificação das práticas disciplinares, bem como à formação das/os agentes interessadas/os. Dito de outra forma, à REMAAE não coube, nem caberá, a responsabilidade de definir ou chancelar protocolos das práticas profissionais sobre os bens arqueológicos e também etnográficos, mas tão somente criar um espaço de reflexão e debate no sentido de estimular as boas práticas sobre as categorias de bens em questão, tendo em vista a existência de um *corpus* documental que orienta as práticas profissionais - mesmo no caso das profissões não regulamentadas - e que incidem sobre tais bens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A REMAAE ressoa discussões que atravessam diversos agentes. Como apontado, a polifonia característica da Memória Social e, conseqüentemente, deste exercício textual, apresenta-se no entendimento de que as discussões ainda hoje provocadas por esta Rede são resultantes das inúmeras encruzilhadas teóricas, metodológicas e políticas em que se encontram há algumas décadas instituições, pesquisadoras/es, profissionais, pesquisadoras/es, movimentos socioculturais e lutas identitárias.

O esforço em sistematizar as memórias sobre a REMAAE, assim como uma série de produções, cartas e documentos, assumindo sua polifonia intrínseca e a natureza complexa do material do qual são feitas (lembranças e esquecimentos, arquivos, restos e fragmentos), nos leva à percepção de que o coletivo se estabelece na articulação entre posturas éticas e projetos políticos, delineando no presente a manutenção e a transformação das políticas de preservação do patrimônio arqueológico brasileiro.

O exercício de compreensão do lugar e da perspectiva de leitura realizada pela diversidade das/os agentes envolvidas/os; a ruptura com padrões institucionais que hierarquizam as relações entre as/os membros, marcando seus lugares e títulos; a invenção e a produção de novos contornos e práticas, exemplificados pela extensão dos debates às áreas da Conservação-Restauração e Educação, são os valores que orientam as dinâmicas deste trabalho colaborativo, apontando para a continuidade do engajamento ético e político citados.

Compreendemos que a continuidade de articulação em rede seja uma estratégia possível, viável e eficaz tanto na construção de políticas públicas, quanto no desenvolvimento de um pensamento preservacionista que não reforce relações verticais de poder. Aos que hoje formam a REMAAE e às gerações vindouras, desejamos o atravessamento constante da horizontalidade fortalecedora e potencializadora das ações coletivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCÂNTARA, Aureli Alves. Paulo Duarte entre sítios e trincheiras em defesa da sua dama - a pré-história. 2007. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. doi: 10.11606/D.71.2008.tde-17032008-141515
- BERGERON, Yves. Préservation. In: DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. *Dictionnaire encyclopédique de muséologie*. Paris: Armand Colin, 2011.
- BEZERRA DE ALMEIDA, Marcia. O Público e o Patrimônio Arqueológico: Reflexões Para a Arqueologia Pública no Brasil. *Habitus*, v. 1, n. 1, p. 275-295, 2003.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Publicado no DOU de 6/12/1937.
- BRASIL. Lei federal nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Publicado no DOU de 27/7/1961 e retificado em 28/7/1961.
- BRASIL. Lei federal nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Publicado no DOU de 15/1/2009.
- BRASIL. Portaria Minc/Sphan nº 07, de 01 de dezembro de 1988. Estabelece procedimentos para a comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisas e escavações arqueológicas em sítios arqueológicos previstos na Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961.
- BRASIL. Portaria Minc/Iphan nº 230, de 17 de dezembro de 2002 (revogada). Compatibiliza as fases de obtenção de licenças ambientais com os estudos arqueológicos.
- BRASIL. Portaria Minc/Iphan nº 196, de 18 de maio de 2016. Dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos móveis, cria o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa, o Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas e a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel.
- BRASIL. Resolução Conama nº 01, de 23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental.
- BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. *Museu do Instituto de Pré-História: um museu a serviço da pesquisa científica*. 1984. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984. Link: <http://pos.fflch.usp.br/node/41139>.
- BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. Museus de arqueologia: uma história de conquistadores, abandono e mudanças. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 6, p. 293-313, 1996.
- BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. Arqueologia e Antropofagia: a musealização de sítios arqueológicos. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 31, p. 234-247, 2005.
- BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. Museus de Arqueologia no Brasil - uma estratigrafia de abandonos e de desafios. In: COSTA, Ana Lourdes de Aguiar; LEMOS, Eneida Braga Rocha de (Orgs.). *Anais 200 anos de museus no Brasil: desafios e perspectivas*. Brasília: Ibram, 2018, p. 112-122.
- BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. *Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema*. 1995. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. Link: <https://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/4477>.
- BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. Musealização da Arqueologia: caminhos percorridos. *Revista de Arqueologia*, v. 26/27, n. 2/1, p. 4-15, 2013/2014.
- BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. *Museologia: a luta pela perseguição ao abandono*. 2001. Tese (Livre-Docência em Museologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São

- Paulo, São Paulo, 2001. Link: https://www.researchgate.net/publication/35246207_Museologia_a_luta_pela_perseguiçao_ao_abandono.
- BRUNO, Maria Cristina de Oliveira; ZANETTINI, Paulo Eduardo. O futuro dos acervos. In: *Anais do I Congresso Internacional de Arqueologia da SAB e XIV Congresso Nacional da SAB* (CD-Rom). Florianópolis: Erechim/Habilis, 2007.
- CARNEIRO, Carla Gibertoni. *Ações educacionais no contexto da arqueologia preventiva: uma proposta para a Amazônia*. 2009. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. doi: 10.11606/T.71.2009.tde-28082009-100307.
- CORRÊA, Ângelo Alves. Longue durée: história indígena e arqueologia. *Ciência e Cultura*, v. 65, n. 2, São Paulo, 2013.
- COSTA, Carlos Alberto Santos Costa. Por políticas para a gestão e musealização do patrimônio arqueológico: uma escala de sentidos. *Habitus*, v. 17, n. 1, p. 101-124, 2019.
- COSTA, Carlos Alberto Santos Costa. Um grito de sobrevivência: agenciamento das bases jurídico-legais de endosso institucional para a guarda e pesquisa de acervos arqueológicos e a militância político-acadêmica das comunidades arqueológica e museológica. *Revista de Arqueologia Pública*, v. 11, n. 2, p. 215-253, 2017.
- COSTA, Carlos Alberto Santos. Gestão de acervos arqueológicos: considerações sobre a perspectiva legal. In: MENDONÇA, Elizabete de Castro; GUIMARÃES E SILVA, Junia Gomes da Costa (Orgs.). *Bens culturais musealizados: políticas públicas, preservação e gestão*. Rio de Janeiro: Unirio / Escola de Museologia, p. 79-87, 2014.
- COSTA, Carlos Alberto Santos. Museologia e Arqueologia, parte 1: a materialidade de uma relação interdisciplinar. *Revista Museus*, n. 40, 6p., 2008.
- COSTA, Carlos Alberto Santos. A legalidade de um equívoco: acerca dos processos legais para a guarda de materiais arqueológicos em instituições museais. In: *Anais do I Congresso Internacional de Arqueologia da SAB e XIV Congresso Nacional da SAB* (CD-Rom). Erechim: Habilis, 2007.
- COSTA, Carlos Alberto Santos; COMERLATO, Fabiana. Você me daria um “cheque em branco”? Um olhar sobre endosso institucional em projetos de arqueologia. *Revista de Arqueologia*, n. 26/27, n. 2/1, p. 115-131, 2013/2014.
- CURY, Marília Xavier. Museus e indígenas – Saberes e ética, novos paradigmas em debate: Introdução. In: CURY, Marília Xavier (Org.). *Museus e indígenas: saberes e ética, novos paradigmas em debate*. São Paulo: Secretaria da Cultura / ACAM Portinari / Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2016, p. 12-20.
- CURY, Marília Xavier. Metamuseologia – reflexividade sobre a tríade musealia, musealidade e musealização, museus etnográficos e participação indígena. *Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 9, n. 17, p. 129-146, 2020.
- DERLON, Brigitte; MAUZÉ, Marie. “Sacred” or “sensitive” objects. In: Seminar series on Objects and Societies, Non-European components of European Patrimony (NECEP); European Cultural Heritage Online (ECHO). 2013. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.557.9863&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em 27 ago. 2020.
- DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria. *Arqueologia Musealizada: patrimônio cultural e preservação em Fernando de Noronha*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Link: https://www.academia.edu/4042483/2004_Arqueologia_musealizada_patrim%C3%B4nio_cultural_e_preserva%C3%A7%C3%A3o_em_Fernando_de_Noronha.
- DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria. Gestão do patrimônio arqueológico no centro-oeste: contribuições para a Rede de Museus e Acervos de Arqueologia e Etnologia (Remaae). *Revista de Arqueologia*, v. 26/27, n. 2/1, p. 132-140, 2013/2014.

- DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria; SILVA, Luzia Antônia de Paula. REMAAE Centro-Oeste: percursos de uma pesquisa. *Habitus*, v. 13, n. 2, p.105-114, 2015.
- DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria. Gestão do patrimônio arqueológico no centro-oeste: contribuições para a Rede de Museus e Acervos Arqueológicos (REMAAE). In: *Caderno de resumos - VI Reunião de Teoria Arqueológica da América do Sul (TAAS) e III Jornada de Arqueologia no Cerrado*. Goiânia: Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia - IGPA, 2012, p. 1.
- FERNANDES, Henry Luydy Abraham; COSTA, Carlos Alberto Santos Costa. Procedimentos iniciais de documentação sobre coletas arqueológicas no Laboratório de documentação e arqueologia - UFRB. *Habitus*, v. 16, n. 2, p. 345-360, 2018.
- FÓRUM DE ACERVOS ARQUEOLÓGICOS. Recomendações de Ouro Preto/abril de 2017. *Revista Arqueologia Pública*, 11(2[19]), 2-5, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8651102>.
- GASPAR, Meliam Viganó; RODRIGUES, Igor Morais Mariano. Coleções etnográficas e Arqueologia: uma relação pouco explorada. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, v. 15, n. 1, p. 1-19, 2020.
- GOMES, Alexandre Oliveira. *Museus indígenas, mobilizações étnicas e cosmopolíticas da memória: um estudo antropológico*. 2019. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Link: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/36806>
- GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre Memória Social. *Morpheus*, v. 9, n. 15, p. 19-40, 2016.
- GUERRA, Marília Falcone. *Musealização de território e turismo de base comunitária: reflexões sobre a comunicação e a salvaguarda do patrimônio da Reserva Extrativista do Mandira, Cananeia, SP*. 2016. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. doi: 10.11606/D.103.2016.tde-20102016-102802
- HACKBART, Patricia da Silva. *Repatriamento e afirmação político-identitária de comunidades indígenas em Aripuanã-MT*. 2016. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. doi: 10.11606/D.71.2016.tde-12052016-150913
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Editora Vértice, 1990.
- HARTEMANN, Gabby; MORAES, Irislaine Pereira de. Contar histórias e caminhar com ancestrais: por perspectivas afrocentradas e decoloniais na arqueologia. *Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 12, n. 2, p. 9-34, 2018.
- HATTORI, Márcia Lika. *Arqueologia em áreas de conflito: cemitérios, obras de desenvolvimento e comunidades*. 2015. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi: 10.11606/D.71.2015.tde-03062015-153625
- LIMA, Leilane Patricia de. *A Arqueologia e os indígenas na escola: um estudo de público em Londrina-PR*. Tese (Doutorado em Arqueologia), Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, USP, 2014.
- LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Cidadania Patrimonial. *Revista Antropológicas*, v. 26, n. 2, p. 134-155, 2015.
- MONTALVÃO, Ana Carolina. *Ciência do patrimônio: a gestão do patrimônio arqueológico no âmbito do licenciamento ambiental em Minas Gerais*. Dissertação (Mestrado em Artes), Programa de Pós-Graduação em Artes da Escola de Belas Artes, UFMG, 2015.
- MORAES WICHES, Camila Azevedo de. *Museus e Antropofagia do Patrimônio Arqueológico: (des)caminhos da prática brasileira*. 2010. Tese (Doutorado em Museologia) – Universidade

- Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2010. Link: http://www.museologia-portugal.net/files/upload/doutoramentos/camila_moraes_parte1.pdf.
- MORAES WICHERS, Camila Azevedo de. *Patrimônio Arqueológico Paulista: proposições e provocações museológicas*. 2012. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi: 10.11606/T.71.2012.tde-19062012-133008
- MORAES WICHERS, Camila Azevedo de. Museus e Antropofagia do Patrimônio Arqueológico: (des)caminhos da prática brasileira. In: COSTA, Ana Lourdes de Aguiar; LEMOS, Eneida Braga Rocha de (Orgs.). *Anais 200 anos de museus no Brasil: desafios e perspectivas*. Brasília: Ibram, 2018, p. 123-138.
- MORAES WICHERS, Camila Azevedo de. “Todo mundo ficou com medo desse caco”: práticas de colecionamento e colonialidade na formação da coleção da Lagoa Mirarré, Xingu. In: LIMA FILHO, Manuel F (Org.). *Coleções étnicas e museologia compartilhada*. Goiânia: Imprensa Universitária - CEGRAF/UFG, p. 67-101, 2019.
- PARDI, Maria Lucia Franco. *Gestão de patrimônio arqueológico, documentação e política de preservação*. 2002. Dissertação (Mestrado em Gestão do Patrimônio Cultural) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2002. Link: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/2311>.
- PEREIRA, Daiane. Perspectives of archaeological curation: a case study on the laboratory of archaeology Peter Hilbert. In: OOSTERBEEK, Luiz; FIDALGO, Cláudia (Orgs.). *Miscellanea: Theory, Rock Art and Heritage*. Oxford: Archaeopress. BAR International Series, v. 11, 2014, p. 69-76.
- PEREIRA, Daiane. Extroversão do patrimônio arqueológico salvaguardado: reserva técnica do laboratório de arqueologia Peter Hilbert. *Revista de Arqueologia Pública*, v. 11, n. 2, p. 66-82, 2017.
- PEREIRA, Daiane. O “roubo das urnas”: a relação do patrimônio arqueológico salvaguardado e os coletivos humanos. *Habitus*, v. 17, n. 1, p. 39-52, 2019.
- PINTO, Agda Araújo Sardinha. *O discurso identitário nos museus de Rio Branco, Acre: uma análise de narrativas expositivas*. Dissertação (Mestrado em Museologia), Museu de Arqueologia e Etnologia, USP, 2014.
- POLO, Mario Junior Alves. *Dos instrumentos jurídicos e práticas do IPHAN para a Arqueologia: o Termo de Ajustamento de Conduta*. 2014. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2014. Link: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/457>
- POLO, Mario Junior Alves. O Termo de Ajuste de Conduta entre as práticas do IPHAN para a Arqueologia: avaliação de uma década de conflitos e negociação. *Revista de Arqueologia*, v. 31, n. 1, p. 151-171, 2018.
- RELATÓRIO DO 3º Fórum Nacional de Museus. Brasília: MINC/IBRAM, 2010.
- RELATÓRIO DO 4º Fórum Nacional de Museus. Brasília: MINC/IBRAM, 2012.
- RELATÓRIO DO 5º Fórum Nacional de Museus. Brasília: MINC/IBRAM, 2014.
- RELATÓRIO DO 6º Fórum Nacional de Museus. Brasília: IBRAM, 2017.
- RIBEIRO, Diego Lemos. *A Musealização da Arqueologia: um estudo dos museus de arqueologia de Xingó e do Sambaqui de Joinville*. 2013. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi: 10.11606/T.71.2013.tde-21052013-110733
- ROCA, Andrea. Museus indígenas na Costa Noroeste do Canadá e nos Estados Unidos: colaboração, colecionamento e autorrepresentação. *Revista de Antropologia*, v. 58, n. 2, p. 117-142, 2015.

- SÁ, Lílían Panachuk. *Arqueologia preventiva e socialmente responsável: a musealização compartilhada e meu mundo expandido: Baixo Amazonas, Juruí/Pará*. 2011. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. doi: 10.11606/D.71.2012.tde-08102012-114846.
- SALADINO, Alejandra. *Prospecções: o patrimônio arqueológico nas práticas e trajetória do IPHAN*. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Link: http://www.bdt.uerj.br/tde_busca/processaPesquisa.php?nrPagina=1&pesqExecutada=0&nrExpressoes=1&campo%5B0%5D=TODO&texto%5B0%5D=saladino&Submit=Pesquisar+%BB&qtdRegPagina=5.
- SALADINO, Alejandra. Iphan, arqueólogos e patrimônio arqueológico brasileiro: um breve panorama. *Revista de Arqueologia*, v. 26/27, n. 2/1, p. 40-58, 2013/2014.
- SALADINO, Alejandra. Museus e Arqueologia: algumas reflexões sobre preservação e valorização de bens arqueológicos. *Revista Tempo Amazônico*, v. 3, n. 1, p. 159-177, 2015.
- SALADINO, Alejandra; COMERLATO, Fabiana. *Articulações para política de preservação do patrimônio arqueológico: o papel da Rede de Museus e Acervos de Arqueologia e Etnologia (REMAAE)*. Cachoeira: Recôncavo Arqueológico, 2011.
- SALADINO, Alejandra; COMERLATO, Fabiana; RIBEIRO, Diego Lemos. Rede de museus e acervos arqueológicos (REMAAE): ativismo para a preservação do patrimônio arqueológico. In: *Cadernos de resumos do II Encontro Latino-americano de Arqueologia*. Rio de Janeiro: ELAA, 2011, p. 48-50.
- SALADINO, Alejandra; RIBEIRO, Diego Lemos. Coleções arqueológicas: um retrato possível a partir da Rede de Museus e Acervos Arqueológicos (REMAAE). In: *Caderno de Resumos da XVII Congresso Nacional da SAB*. Aracaju: SAB, 2013.
- SALADINO, Alejandra; COSTA, Carlos Alberto Santos Costa; MENDONÇA, Elizabete de Castro. A César o que é de César: o patrimônio arqueológico nas organizações formais do Brasil. *Revista de Arqueologia Pública*, v. 7, n. 2, p. 106-118, 2015.
- SALADINO, Alejandra. Fórum REMAAE e GT Acervos da SAB - carta de prioridades. *Habitus*, v. 17, n. 1, p. 243-246, 2019.
- SANTOS, Heide Roviene Santana dos; MENDONÇA, Elizabete de Castro. Documentar e musealizar: proposta para o patrimônio arqueológico do Museu de Arqueologia de Xingó (MAX/UFS). *Scientia Plena*, v. 8, n. 12, p. 1-7, 2012.
- SANTOS, Vinicius Melquíades dos. *Pedras artesanais: materialidade, tecnologias e mobilidades das panelas de pedra-sabão em Minas Gerais*. 2018. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi: 10.11606/T.71.2018.tde-26092018-171443.
- SANTOS, Vinicius Melquíades. *Os artesanais da pedra: arqueologia e museologia das vasilhas de pedra sabão em Minas Gerais*. 2011. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. doi: 10.11606/D.71.2012.tde-19062012-104347.
- SILVA, Abrahão Sanderson Nunes Fernandes da. *Musealização da Arqueologia: diagnóstico do Patrimônio Arqueológico em Museus Potiguares*. 2008. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. doi: 10.11606/D.71.2008.tde-11042008-103734.
- SILVA, Luzia Antônia de Paula; DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria. REMAAE Centro-Oeste: percursos de uma pesquisa. In: *Caderno de resumos da XVII Congresso Nacional da SAB*. Aracaju: SAB, 2013, p. 72.
- SILVA, Maurício André. *Memórias e histórias no sudoeste amazônico: o Museu Regional de Arqueologia de Rondônia*. 2015. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de

- Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi: 10.11606/D.71.2015.tde-27052015-112059.
- SOUZA, Tayanne Gama. *Entre identidades e interatividades: um estudo de caso d'O Museu do Marajó*. 2015. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi: 10.11606/D.103.2015.tde-12112015-165726.
- TESSARO, Piero Alessandro Bohn. *Pedaços de uma Paulicéia espalhados pela Urbe: musealizando um arqueologia com a cidade*. 2014. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. doi: 10.11606/D.71.2014.tde-06052014-124403.
- THOMPSON, Alistair. Reconstituo a memória. Questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. *Projeto História - Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 15, p. 51-84, 1997.
- TOLEDO, Grasiela Tebaldi. *A pesquisa arqueológica na Estância Velha do Jarau e os museus da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul: interfaces entre patrimônio, memória e identidade*. 2011. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. doi: 10.11606/D.71.2012.tde-19062012-102924.
- TOLEDO, Grasiela Tebaldi. *Musealização da Arqueologia e Conservação arqueológica: experiências e perspectivas para preservação patrimonial*. 2018. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi: 10.11606/T.71.2018.tde-05062018-085208.
- VASCONCELLOS, Camilo de Mello; SILVA, Maurício André. A mediação comunitária colaborativa: novas perspectivas para educação em museus. *ETD - Educação Temática Digital*, v. 20, n. 3, p. 623-639, 2018. <https://doi.org/10.20396/etd.v20i3.8651713>.
- VELTHEM, Lucia Hussak van. Patrimônios Culturais Indígenas. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 35, p. 227-243, 2017.